

consciência do professorado e da população que é figura do passado o professor omissor, carneirinho, que tudo aceitava de cabeça baixa. Mas ao mesmo tempo estamos aprendendo que este Governo que ninguém escolheu é um mar de mentiras, violências e corrupção."

E continua o Prof. Godofredo:

"Diversas faces deploráveis", e, sob vaías dos presentes a cada vez que citava um nome do Governo, apontou o Prefeito Israel Klabin e o Secretário Arnaldo Niskier como responsáveis pela mentira, o Deputado Miro Teixeira pela demagogia e o Governo no conjunto pela violência.

Por isto, disse o professor Godofredo da Silva Pinto, a proposta pela manutenção da greve visa a garantir as negociações. "Se voltássemos hoje ao trabalho haveria uma entrega total. Parados, unidos e mobilizados teremos condições de forçar a abertura de canais de negociações."

É preciso que se diga, Srs. parlamentares, que os vencimentos que postulamos os professores estaduais vão de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 13.000,00, menos do que ganha um 3.º-sargento. O que ganha hoje um professor primário corresponde ao que recebe um soldado arranchado. É preciso que se digam essas coisas e se façam paralelos, porque, toda vez que se cogita de aumentar o servidor civil, não há disponibilidade no Tesouro. Vêm os pressurosos Ministros da Fazenda, que são prestigiadores, diante dos vídeos das televisões, a anunciar que a espiral inflacionária ameaça este País, que não há recursos no Tesouro. Mas só a espiral inflacionária serve para justificativa de injustiças clamorosas, que só as greves justas e legítimas podem resolver, pela pressão que fazem, representando a opinião pública, dentro de um Governo atrabiliário, arbitrário e injusto.

O SR. BENEDITO MARCILIO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Anistia se transformou no veículo em que se manifestam hoje as legítimas aspirações nacionais. No esquecimento de todas as punições efetuadas sob o império de um regime de terror estão depositadas as esperanças de milhões de brasileiros, de trabalhadores da cidade e do campo, ansiosos por justiça social, por liberdade e pela quebra definitiva das correntes que nos trazem escravizados, submetidos aos interesses do Capital Internacional.

Anistia para os trabalhadores é apenas uma etapa no caminho de sua libertação. Através dela esperamos conquistar novos horizontes, derrubar as cadeias que mais diretamente nos oprimem. Queremos de volta, no pleno exercício de seus direitos, todos os Dirigentes Sindicais, líderes da classe operária arbitrariamente afastados de nosso convívio.

Esta Anistia terá de ser a mais ampla e irrestrita possível. O clamor dos brasileiros desaparecidos, torturados, assassinados nos cárceres da ditadura não permite que aprovemos o projeto que quer enganar o nosso povo, que quer fazer demagogia com o nosso sofrimento e com nossos justos anseios de liberdade.

Não podemos anistiar torturadores, essa excrescência da natureza humana, que têm de responder pelos covardes crimes que praticaram.

Os companheiros que arriscam a vida em greve de fome, em protesto a este projeto, exigem de nós, parlamentares, urgência na aprovação de uma Anistia ampla, geral e irrestrita. Há trinta dias sem comer, os companheiros presos encontram-se em risco de vida e representam os mais puros anseios de justiça em nossa Pátria.

É preciso que tomemos consciência, entretanto, de que a aprovação do Projeto de Anistia não representa muito se não vier acompanhado do fim de toda a legislação repressiva, como Lei Antigreve e Lei de Segurança Nacional, do desmantelamento de todo o aparato repressivo, os DOI-CODIS, as câmaras de tortura e de todas as organizações que, clandestinamente ou não, impedem a livre organização dos trabalhadores.

A Comissão Mista que examinou o projeto do Governo acolheu parcialmente duas emendas por mim apresentadas, referentes à Anistia para os líderes Sindicais e para os empregados de Empresas Públicas e de Economia Mista. Este fato representa uma pequena vitória mas que muito me orgulha, e que tributo à classe trabalhadora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mobilização do povo brasileiro, particularmente dos trabalhadores, saberá impor em breve um Governo livre e representativo. Nada nos afastará da luta. Continuaremos firme em nossos objetivos, e os trabalhadores saberão conquistar novas vitórias como a que agora estamos obtendo, nesta frente em que participam os Sindicatos, os Comitês Brasileiros pela Anistia, as Associações de Bairros e todas as Organizações Democráticas que hoje lutam ao nosso lado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. WALDMIR BELINATI (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto houver brasileiros presos, exilados, injustiçados ou humilhados, não teremos regime democrático e digno desse nome. Enquanto houver leis de exceção ou aparelhos repressivos responsáveis por torturas, assassinatos, "suicídicos", desaparecimentos e deformações físicas e psicológicas de milhares de brasileiros, não haverá a pacificação nacional, nem teremos como e por que acreditar no gesto de conciliação.

A anistia que se pretende hoje não deve ter outro sentido senão o de pacificar, de perdoar, de trazer de volta todos os brasileiros e de uni-los na construção de nossa sociedade.

A anistia que a Nação espera deve ser ampla, para todos os atos de manifestação de oposição ao regime, geral, para todas as vítimas de atos de exceção, e irrestrita, a fim de que não haja discriminações irracionais e odiendas. Apenas uma anistia ampla, geral e irrestrita permitirá uma democracia capaz de criar as condições para a solução dos grandes e trágicos problemas que afligem o povo brasileiro.

Não podemos ignorar os apelos e apreensões dos setores mais responsáveis pela nacionalidade, entre eles, o clero, estudantes, trabalhadores, cientistas e intelectuais, em defesa da anistia verdadeira, acompanhada do gesto capaz de promover o desaparecimento das tensões inevitáveis em todo o País.

Não podemos ignorar ou permanecer insensíveis à greve de fome dos presos políticos, que não são criminosos por natureza, nem por inclinação, nem terroristas, senão vítimas do regime.

Queremos uma anistia ampla, geral e irrestrita que devolva ao convívio da Nação todos os brasileiros dela afastados, que devolva aos trabalhadores, aos estudantes e a todo o povo brasileiro os seus direitos. Queremos para o Brasil uma anistia que respeite, pelo menos, a memória dos que foram mortos, que dê resposta aos casos de desaparecimento e promova a responsabilidade dos que o provocaram. Queremos uma anistia capaz de emudecer os ressentimentos das lutas entre facções e das vítimas do terror implantado no País, quando se torturou, matou, exilou, baniu aqueles que animavam sua luta na fome e na miséria do povo brasileiro, no desemprego e no analfabetismo, na injustiça e no arbítrio, na dependência e exploração econômica, enfim, em todos os pecados provenientes de uma ordem social desumana e injusta.

Queremos uma anistia que apague de nossa memória a injustiça e a opressão. Lamentavelmente, entretanto, vemos que o projeto do Governo está desprovido da generosidade que é apanágio das anistias e não levará à pacificação nacional. O Governo propõe não apenas uma anistia parcial, acanhada, contraditória e discriminatória, mas uma anistia hipócrita, que restringe e, conseqüentemente, pune no mesmo ato em que simula o perdão.

O projeto do Governo é injusto, desumano e antidemocrático na medida em que, ao mesmo tempo que concede anistia ampla, geral e irrestrita aos que, abusando da autoridade que se achavam investidos como agentes dos órgãos de segurança, seqüestraram, torturaram e mataram suspeitos de crimes contra a segurança nacional, restringe essa mesma anistia aos que, sem terem a responsabilidade decorrente do exercício do poder, cometeram delitos, destes só amparados os que não foram ainda condenados por decisão transitada em julgado.

Não podemos calar-nos diante de uma anistia que pretende passar uma borracha sobre os crimes praticados nos porões dos cárceres, como prática administrativa, e que se apresenta hipocritamente como implacável diante dos crimes de supostos terroristas. Uma anistia somente cumpre seu papel reconciliante na medida em que reintegra todos os cidadãos na comunhão dos direitos civis e políticos, para tanto, deve ser medida heróica, não covarde. Anistia restritiva não representa bom começo para uma vida nova.

Eis a oportunidade de o Governo reconstituir a autoridade enfraquecida pelas lutas civis e crises institucionais. A anistia ampla, geral e irrestrita, antes de constituir-se num gesto de grandeza, será um gesto de sabedoria do Governo e do Congresso. Se o momento é de conciliação, concorramos para a união, sem exceção, de todos os brasileiros, esqueçamos as discriminações e restrições odiosas e pratiquemos a liberdade e a justiça. Esqueçamos, inclusive, que existem mortos, desaparecidos, torturados, presos ou exilados, vítimas de perseguição política.

Quando da formulação da Comissão Parlamentar de Inquérito das Torturas e Direitos Humanos, há meses, diziam que não iria contribuir para a pacificação nacional, poderia atrapalhar o projeto do Governo sobre a anistia. Impediram a CPI e o Congresso ficou aguardando o projeto da anistia, capaz de devolver a paz à família brasileira. Cregou o momento, agora e portanto, de todos os que se empenharam nas articulações e manobras para que a CPI das torturas e direitos humanos não viesse a ser constituída provarem, com seu voto, que a solução encontrada antes realmente estava correta. Porque, com uma anistia restrita, o mínimo que